

Brasil deve transferir ao exterior 2,8% do Produto Interno Bruto

por Celso Pinto
de Washington

Apesar da moratória no pagamento dos juros aos bancos internacionais, o Brasil deverá transferir liquidamente ao exterior, neste ano, o equivalente a 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB), mais do que os 2,3% remetidos no ano passado.

Essa previsão está contida num documento que revisa as principais contas do Plano Macroeconômico e que foi entregue aos credores internacionais. As principais modificações concentram-se na área externa.

A nova previsão para o superávit comercial é US\$ 9,7 bilhões, bem superior aos US\$ 8,6 bilhões contidos no plano. A principal explicação para o novo número é um aumento de US\$ 1,6 bilhão na previsão de exportações, que chegariam a US\$ 24,7 bilhões. As importações também seriam ligeiramente superiores ao previsto (mais US\$ 500 milhões), atingindo US\$ 15 bilhões. As entradas de bens de capital ficariam US\$ 900 milhões acima do previsto, mas as de matérias-primas ficariam US\$ 340 milhões abaixo.

O documento chama a atenção para o fato de que os grandes superávits recentes não deverão repetir-se. Nos próximos meses, o saldo cairia para cerca de US\$ 800 milhões mensais. O superávit de 1988 está mantido inalterado em US\$ 9,863 bilhões.

Na conta de serviços, houve redução de US\$ 100 milhões na previsão de pagamentos de juros neste ano (US\$ 8,8 bilhões), compensada por um aumento equivalente nos gastos de outros serviços. Para o próximo ano, a conta de juros acabou aumentada em US\$ 400 milhões (para US\$ 8,9 bilhões), em vista da revisão, para cima, de 0,5 ponto percentual na taxa básica (Libor), que ficaria em 8%.

A conta de investimentos diretos cresceu substancialmente: de zero para US\$ 500 milhões tanto neste ano quanto no próximo. A explicação do documento é um melhor comportamento desse item nos últimos meses e a perspectiva de mais conversões de dívida em investimentos.

O ingresso previsto de recursos do Banco Mundial (BIRD) caiu de US\$ 1,4 bilhão para US\$ 1 bilhão. Dessa forma, como o País pagará US\$ 818 milhões de amortizações e de US\$ 564 milhões em juros, o fluxo acabará negativo em US\$ 367 milhões. O documento diz que a revisão foi necessária porque, até agosto, não entraram mais do que US\$ 435 milhões do BIRD. No caso do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aconteceu o mesmo: a previsão de ingresso caiu de US\$ 300 milhões para US\$ 220 milhões e o fluxo deverá ser negativo em US\$ 129 milhões no ano.

Em relação às reservas, o documento prevê que ao final deste ano o nível seja equivalente ao do final do ano passado. Adverte, contudo, que isso indica uma piora em termos relativos, pois as importações serão maiores no período. Além disso, o conceito de reservas não deduz os passivos de curto prazo mantidos pelo Banco Central (BC), ou seja, não corresponde a reservas inteiramente líquidas.

A explicação para essas observações é simples: os bancos têm pressionado o Brasil a sair da moratória alegando que, com os saldos comerciais, as reservas cresceram substancialmente. O governo tenta minimizar esse argumento.

Na parte interna, o documento traz poucas novidades. As medidas recentes de controle são explicadas e os objetivos centrais para o setor público reafirmados.